

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: EXPERIÊNCIA SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE – PERNAMBUCO

CARMEN LÚCIA COUTO FONSECA
MARLENE FRANKLIN

Este trabalho procura demonstrar, que a educação é um pilar imprescindível no processo de desenvolvimento sustentável, construído a partir de uma perspectiva de justiça social. Para isso, o conceito de desenvolvimento vai além da visão estritamente econômica, estando ligado a ideia, que a educação possui, de desenvolvimento humano, social e econômico, e das oportunidades geradas pelo país aos cidadãos. Salienta-se neste artigo, as especificidades da aglomeração produtiva, em Santa Cruz do Capibaribe/PE e sua capacidade local de impulsionar a sobrevivência, por meio de uma atividade urbana, que promove a concentração espacial, com especialização no setor de confecção, cuja localização, aglutina vantagens de externalidades, que propiciam condições de competitividade e expansão produtiva àquele município. Utilizou-se a classificação de pesquisa, quanto aos Fins: Exploratória e Descritiva, por expor características de determinados fenômenos correlatos entre as variáveis da pesquisa, leituras, entrevistas e visita ao local. Concluiu-se que a educação como fator para inclusão social e formadora do desenvolvimento local sustentável é imprescindível principalmente no aspecto de negócio, ou seja, entender que uma das bases para a competitividades está nas pessoas preparadas, empresas estruturadas, qualidade nos produtos e participação das pessoas na formação das políticas sociais. Considera-se como um grande desafio para educação, oferecer à juventude condições de desenvolver competências para uma sociedade participativa, igualitária, com prospecção de mundo, interagindo em várias dimensões, para promover o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade.

Palavras-Chave: Educação. Qualificação. Cidadania. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

1 Introdução

O desenvolvimento moderno necessita cada vez mais de pessoas informadas sobre a realidade onde vivem e trabalham. Pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento. Uma nova visão está entrando rapidamente no universo da educação, de que, além do currículo tradicional, os alunos devem conhecer e compreender a realidade onde vivem e onde serão chamados a participarem como cidadãos e como profissionais.

Na sociedade do conhecimento, a informação e o conhecimento constituem o seu principal ativo intangível e gerador de riquezas. Neste contexto, a educação e o aprendizado, são fatores importantes para a redução de assimetrias sociais e como forças estimuladoras do desenvolvimento econômico.

A relação entre educação e desenvolvimento é estudada por órgãos nacionais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e instituições vinculadas as Nações Unidas, como Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Porém alertam para os riscos de não se investir na educação, como condição para deter o aumento das desigualdades e o avanço da pobreza. Kliksberg (2001) demonstra este fato analisando a situação da América Latina, onde a brecha de

escolaridade, entre os 10% mais ricos e os 30% mais pobres, é de pelo menos sete anos de estudo.

No Brasil, por exemplo, apesar de ter-se melhorado os indicadores de acesso à escola, ainda amarga-se com indicadores que denunciam uma escola pública que mantém com dificuldade seu aluno. Pois não consegue promover um conhecimento de qualidade e assim coloca-o à margem de melhores possibilidades de renda e do exercício de uma cidadania plena, que no seu conceito atual, pode ser resumido como o direito a ter direitos.

Acresce-se a isso a importância da educação quando se consideram as alternativas de busca de oportunidades de trabalho e renda nas estratégias de desenvolvimento local sustentável, empreendidas por diversos atores institucionais por este país.

Ocorrerá o desenvolvimento local sustentável, quando houver um processo de aproveitamento dos recursos e riquezas de um determinado local ou região, os quais possam ser valorizados e transformados pelo efetivo envolvimento da comunidade, resultando na melhoria da qualidade de vida da população, por meio da geração de emprego, renda e acesso à saúde e educação.

Promover o desenvolvimento econômico local não significa voltar às costas para os processos mais amplos, significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade. Vale ressaltar que o “local”, aqui mencionado, não dimensiona localidade e sim espacialidade, territorialidade.

Analisando a exclusão social que existe no Brasil e com clareza de que a construção da cidadania, o desenvolvimento do capital humano e social, a tão desejada inclusão social, não se restringe apenas ao local, vai mais além, numa prospecção de mundo, desenvolveu-se este estudo sobre o processo da educação para a civilização, como instrumento de desenvolvimento da consciência crítica, que favorece o protagonismo da população para um desenvolvimento sustentável.

Abordou-se nessa análise a relação entre a desigualdade de renda e os indicadores educacionais, partindo da compreensão de que o Brasil é um dos países que apresenta maior disparidade econômica entre os segmentos populacionais. A análise de alguns indicadores educacionais revela a relação existente entre as condições econômicas da população e os níveis educacionais dos diferentes segmentos sociais.

Com esse estudo de caso pretendeu-se identificar alguns dos desafios e também potencialidades da educação, como principal fator na promoção do desenvolvimento sustentável, tomando-se como foco de estudo o município de Santa Cruz do Capibaribe em Pernambuco.

A experiência de Santa Cruz do Capibaribe é interessante e vale a pena ser estudada, porque este município apresentava um perfil agrícola, com condições de trabalho desfavoráveis, pelas dificuldades de ordem climática e falta de incentivos do governo, para o pequeno produtor rural. Porém era observada a melhoria de renda do município onde se desenvolvia o trabalho de confecção. Com esse novo segmento, houve a adesão da população às atividades urbanas naquela localidade. A escolha de Santa Cruz foi motivada pela questão do acentuado desenvolvimento econômico que tem acontecido ao longo dos anos. Assim investigou-se, qual tem sido a influência das políticas públicas, principalmente a educação, para que não se configure o desenvolvimento apenas econômico, mas o desenvolvimento social com sustentabilidade.

Para isto, dados e informações iniciais foram coletadas, para um primeiro contato com o objeto da pesquisa empreendida, de identificação e prospecção de estratégias para o desenvolvimento socioeconômico local, que serão abordados neste artigo.

No caso do município supracitado as informações foram obtidas por vários meios, inclusive por comentários feitos por Willami Feitosa em artigo publicado na Conjuntura Política e Social (dez. 2009). Pode-se perceber o notório crescimento econômico, ocorrido nos

últimos 20 anos, nas cidades que fazem parte do Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco (Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru). Fruto do processo de produção de confecção, no passado, de forma artesanal e, hoje, com o uso de tecnologias industriais, como o corte computadorizado, entre outros.

Durante esses anos, houve adaptações no meio social e comercial. Com a construção de centros comerciais como o Parque de Feira, em Toritama, o Parque 18 de Maio, em Caruaru e o Moda Center, em Santa Cruz. A região consolidou, de vez, seu papel de grande produtora de confecção do país e da América Latina.

Existe um fator que deve ser levado em consideração, que é a diferença entre crescimento e o desenvolvimento. No crescimento ocorre o aumento da riqueza, já no desenvolvimento ocorre o aumento da riqueza atrelada a uma melhor qualidade de vida, no que se refere à educação, saúde, lazer e segurança, entre outros.

Então, qual seria, na verdade, o caminho a ser traçado em busca do desenvolvimento sustentável? Que mecanismos e instrumentos poderiam contribuir para proporcionar melhores condições de vida a esta cidade, foco do nosso estudo?

Para o desenvolvimento deste trabalho, procurou-se direcionar a pesquisa com questões que se interligam, tais como: Se a educação tem papel estratégico e fundamental no desenvolvimento, o que falta para que permaneçam os índices insatisfatórios, para que o desenvolvimento sustentável venha a de fato ocorrer? Por que a educação, uma política social transversal, que perpassa todas as demais, não tem conseguido minimizar as disparidades regionais? O que realmente falta para que “as coisas” de fato aconteçam?

Questões de problematização, como as acima apresentadas, foram objeto de estudo e verificação ao longo da pesquisa qualitativa. Pretendeu-se contribuir reflexivamente na proposição de instrumentos, mecanismos e, quiçá, novos paradigmas educacionais, no processo de construção de uma nova sociedade.

Como objetivo procurou-se identificar desafios e potencialidades, que demonstrassem a função social da educação, como fator preponderante no desenvolvimento sustentável, tendo como referência empírica, o APL de Santa Cruz do Capibaribe, no agreste pernambucano.

Para respondermos às questões enunciadas neste trabalho, foi utilizado o método qualitativo com o apoio de dados quantitativos baseados em estatística descritiva.

Utilizou-se a classificação de pesquisa, quanto aos Fins: Exploratória e Descritiva, por expor características de determinados fenômenos correlatos entre as variáveis da pesquisa. Explicativa porque explica relações causais entre indicadores selecionados e analisa os diversos fenômenos que compõem o objeto. Também quanto aos Meios: utilizou-se o Método Dedutivo, de pesquisa bibliográfico-documental, investigando documentos conservados nos órgãos públicos e privados de qualquer natureza e o estudo sistematizado com base em publicações, redes eletrônicas, de fontes primárias ou secundárias. E ainda o Estudo de Caso por estar restrito a uma comunidade.

Foram, ainda, realizadas visitas ao município e feitas entrevistas em alguns órgãos, instituições e empresas, com profissionais da área de educação, representantes de empresas, lideranças locais e alunos, cujas abordagens foram de grande importância para este trabalho. Por fim, a bibliografia pesquisada forneceu elementos e conceitos fundamentais, e, indicadores para alcançar os resultados propostos.

A seguir serão descritos os referenciais que embasaram a pesquisa, um breve histórico do município, a análise dos dados e as considerações finais.

2 Fundamentação

As sociedades modernas têm sofrido transformações profundas e são desafiadas a concepções e práticas de uma Educação para a Cidadania. Porém, o que se tem visto é o declínio crescente do modelo educativo, que não está vinculado a uma política de preparar o cidadão face ao Estado. Em seu lugar cresce um modelo de educação que encara o cidadão como um agente social, com um conjunto de competências cognitivas, éticas e de ação que o capacite a ter melhoria da qualidade dos contextos sociais onde vive e trabalha.

Um novo tipo de cultura educativa e de formação para a cidadania requer que se entrelace o formal e o informal, os referenciais teóricos e a vida concreta, a escolaridade obrigatória e a educação ao longo da vida. Inclusive a reformulação dos currículos, para que possam contribuir com a problematização da educação para a cidadania, enquanto domínio de pensamento e ação susceptível à participação ativa dos estudantes cidadãos, no espaço público.

Considerar os cidadãos como autores sociais e sujeitos de direitos, significa assegurar a eles uma educação de qualidade.

A desigualdade social é elemento cada vez mais presente no cotidiano das grandes cidades brasileiras. Este fenômeno tem se caracterizado como marca dos grandes centros urbanos, que são capazes de congrega, em uma mesma localidade, diferentes grupos sociais com interesses econômicos, políticos e sociais antagônicos.

Dado o contexto de exclusão/inclusão social analisa-se a importância que a Educação assume neste processo. A escolarização e a alfabetização configuram-se como instrumentos de desenvolvimento humano. No entanto, o sistema educacional está aquém da evolução da sociedade atual no que diz respeito aos avanços tecnológicos e mundialização, onde o cidadão não é apenas um “cidadão local”, mas do planeta tendo em vista a globalização.

Os dados mais recentes contidos no Mapa de Analfabetismo do Brasil, atualizado em 29/04/2011, no Portal do conhecimento – web estudante, retratam a grave situação brasileira, quando informam que existem no Brasil 9,7% (cerca de 14,1 milhões) de analfabetos absolutos, com 15 anos ou mais, diz o censo de 2010 e 20,3% (cerca de 28,9 milhões) de analfabetos funcionais. O nordeste brasileiro tem a maior taxa de analfabetismo do País, 18,7% de analfabetos absolutos, o que corresponde a quase 50% do total do País, e 30,8% funcionais, com um contingente de mais de 38,9 milhões de analfabetos funcionais.

Na avaliação do PISA, a educação brasileira ficou em posição bastante incômoda e altamente preocupante. No último ranking, com os resultados da avaliação de 2006, o Brasil ocupou o 49º lugar (entre 56 países) em Leitura; 54º lugar em Matemática (entre 57 países); e 52º lugar em Ciências, dentre todos os participantes, uma das piores classificações da lista.

Quanto à tecnologia, nos países desenvolvidos as empresas privadas costumam participar com 30% nos gastos totais de pesquisa e desenvolvimento. Nas empresas brasileiras, apesar da tendência de aumento da inovação, a comparação internacional coloca o Brasil como uma nação em estágio intermediário de desenvolvimento tecnológico e com avanços mais lentos do que os verificados em países desenvolvidos e demais em desenvolvimento.

Este cenário comprometedor enfraquece os elos que deveriam fortalecer a participação dos cidadãos na sociedade. Nesse sentido, um verdadeiro desenvolvimento sustentável deve contemplar a diversidade e alteridade cósmica, ou seja, os avanços e transformações que acontece no mundo.

Investir no desenvolvimento sustentável é investir na educação, na pessoa do entendimento, da consciência crítica, no protagonista do presente e do futuro, pois liberto, libertará. Somente assim, pode-se afirmar a legitimidade no desenvolvimento, de forma mais consciente e democrática, sensíveis à diversidade e ao direito de representação das pessoas, como verdadeiros cidadãos críticos e autônomos, competitivos, pois a educação pressupõe todos estes atributos.

Observa-se como em Amartya Sen (2000), que houve a introdução de outros valores para se corrigirem os desvios provocados pelos modelos econômicos reféns do capital. A própria criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) leva em conta, não apenas a riqueza produzida pela avaliação do PIB, mas, também, aspectos de saúde – traduzidos na consideração da taxa de mortalidade infantil – e educação – considerados pela taxa de analfabetismo. Passou-se, assim, a um conceito de desenvolvimento que considerava questões de cunho social.

As taxas de analfabetismo revelam pronunciadas desigualdades entre as regiões e também em relação às características socioeconômicas da população. Em 2006, a taxa média brasileira era de 10,4%, porém, no Nordeste, 20,7% da população era analfabeta, enquanto no Sul, a proporção era de 5,7%. Ou seja, o Nordeste apresentava uma taxa de analfabetismo quase quatro vezes maior que a da Região Sul. A incidência do analfabetismo é 11 vezes maior no quinto mais pobre da população, em comparação com o quinto mais rico.

Várias causas incidem para os resultados acima mencionados, das quais se destacam as limitadas oportunidades de acesso a cursos de alfabetização, as deficiências da qualidade de ensino, a descontinuidade no processo de escolarização, entre outros que afetam o desempenho educacional. Enfatiza-se, entre essas causas, o mau desempenho no ensino fundamental, abandonado por muitos ainda em situação de analfabetismo.

Para que ocorra essa transformação no modelo econômico, ou para garantir essa característica de sustentabilidade, a educação desempenha um papel fundamental em todas as camadas da população, quer seja esta classificada por faixa etária, nível econômico ou outro critério.

Observa-se que a educação exerce papel fundamental no processo de crescimento econômico sustentável, pois ela é a base para a formação do capital humano que gera novas ideias e que é a essência da pesquisa e do desenvolvimento. Por meio dos incentivos de mercado e do direito de propriedade, a pesquisa e o desenvolvimento tornam-se a força motriz do progresso tecnológico, gerando o crescimento endógeno.

No mercado de trabalho, o conhecimento adquirido com a educação pode tornar o indivíduo mais produtivo e, portanto, maior produtividade se reverte em maior renda obtida no trabalho. Além disso, a educação também influencia o comportamento dos indivíduos na busca por emprego, onde trabalhadores mais qualificados tornam-se mais seletivos quanto às ofertas de emprego.

Quanto à condição social, a educação é o principal caminho para a redução das disparidades de renda e pobreza. Desta forma, é necessário que as políticas públicas foquem os gastos e aumentem o acesso das famílias mais pobres à educação de qualidade, aumentem a escolaridade média da população reduzindo a disparidade educacional e de renda, que, conseqüentemente, reduzirá o índice de pobreza.

As transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes das mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho, estão fazendo ressurgir, com muita ênfase, debates relativos a temas e problemas que nos remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação.

Atualmente, está-se passando por momentos singulares na história, em que grandes transformações ocorrem, trazendo novos valores e levando embora antigas crenças. Todos têm que reaprender, até os que estiverem mais desenvolvidos. Muitos consideram essa situação como uma ameaça. Mas outros veem nisso uma oportunidade. Hoje, o recurso do conhecimento passa a ser essencial, pois a máquina substitui a força física humana na produção e a atividade econômica é centrada na prestação de serviços baseados no conhecimento dos que o possuem. A localização dos demais recursos não é mais fator determinante para a concentração de riqueza, pois o uso da tecnologia, das comunicações e dos transportes veio possibilitar a globalização da economia.

Drucker (1993, p. xvi) define essa nova sociedade como Sociedade Pós-Capitalista, em que o meio de produção básico não seria mais o capital, nem os recursos naturais, nem a mão de obra. É o conhecimento. O autor afirma que hoje o valor é criado pela produtividade e pela inovação, que são aplicações do conhecimento ao trabalho.

Nessa nova era, onde os ativos, ditos tangíveis, passam a ter menor valor que a capacidade intelectual e de serviços das pessoas, ou organizações, caracterizando o que se passa a conceber como ativos intangíveis.

Neste sentido, muitos autores afirmam que o conhecimento é fonte de poder, é a chave para futuras mudanças de poder, que coloca indivíduos, organizações e governos como fatores de inestimável importância, no sentido de liderar estratégias de desenvolvimento focado em mundo global, com uma visão de futuro capaz de agregar valores aos novos produtos e serviços que assegurem o crescimento sustentável da população.

Atualmente, as principais economias do mundo estão baseadas no conhecimento, que representa, sem dúvida, a principal fonte de riqueza. Na sociedade globalizada em que avança o novo paradigma, a emergência de novas forças de exclusão se dá, tanto em nível local quanto global, e requer esforços em ambos os níveis, no sentido de superá-las. Ações fundamentais, nessa direção, são as que promovem o acesso universal, tanto à infraestrutura quanto aos serviços de informação a preços acessíveis.

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática, implicam, também, em riscos e desafios. Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo, em direção a educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade.

A evolução que se observa do ponto de vista econômico, social, político e cultural, corresponde a um mundo totalmente diferente as novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental, historicamente mobilizado, para a educação e aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais deseja mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento.

É preciso reintroduzir o papel do sujeito no conhecimento e na sociedade. Não se pode pensar a sociedade reduzindo-a aos indivíduos ou à totalidade social. A dialógica entre indivíduo e sociedade deve ser pensada num mesmo espaço. O sujeito não reflete a realidade, ele constrói a realidade por meio de vários princípios, entre eles, o dialógico.

Desenvolver o processo educacional propõe estratégias e princípios gerativos como ferramentas que facilitam o desenvolvimento de estratégias para o conhecimento, como também o desenvolvimento das estratégias de ação.

Observa-se uma crescente participação do conhecimento na atividade econômica, que o apresenta como o quarto fator de produção de cadeias alicerçadas no próprio conhecimento que dão sustentação aos sistemas produtivos.

Embora a questão do conhecimento relacionado à economia tenha adentrado mais recentemente os círculos acadêmicos, públicos e políticos, não se pode conceber este fato como uma novidade, pois o conhecimento sempre constituiu um ponto central na existência humana e sempre desempenhou papel vital em todas as fases do desenvolvimento histórico de qualquer sociedade.

Os debates epistemológicos em torno do termo conhecimento costumam girar sobre significados, formas e reivindicações de conhecimento e, no decorrer dos mesmos, várias duplas de alternativas disputam a supremacia, tais como conhecimento científico ou comum; conhecimento acadêmico ou social; explícito ou codificado e implícito ou tácito; refletivo ou experiencial; teórico ou prático; construtivista ou objetivista.

Para a percepção no que se refere ao processo educacional, este elemento dinâmico da chamada nova economia, não trata simplesmente da informação ou do conhecimento codificado, mas daquele conhecimento tácito, que não se separa do sujeito e que depende de um complexo processo de aprendizagem, envolvendo a mobilização da sociedade para o desenvolvimento local.

Como consequência, espera-se que, a médio e longo prazo, quer seja pela formação de trabalhadores qualificados, que podem ser empregados na região, quer pela expansão de conhecimento gerado por instituições, como no caso em estudo, as Faculdades de Santa Cruz do Capibaribe, venham beneficiar as empresas locais e, também, toda a Região do Agreste. Ressalta-se, porém, que a internalização dessas externalidades, por parte das empresas, dependerá do nível de interação estabelecido entre as empresas e a Universidade.

Exige-se dos indivíduos novas competências para seleção e administração das informações, tendo em vista a produção e os novos conhecimentos. É necessário desafiar empresas e trabalhadores a adquirirem a informação e a competência para transformar a informação em um recurso econômico estratégico, ou seja, no conhecimento.

As antigas profissões desaparecem e as que permanecem, mesmo as mais tradicionais e conhecidas, têm seu perfil modificado, exigindo novas habilidades e conhecimentos. A revolução tecnológica obriga o trabalhador a utilizar cada vez mais o seu raciocínio e sua criatividade. Por esta e outras razões, o analfabetismo absoluto e funcional precisam ser erradicados, pois representam os principais entraves sociais para a inserção do indivíduo na sociedade moderna, uma vez que retiram praticamente todas as possibilidades de participação e transformação social. O acesso à educação possibilitará uma formação ampla, baseada nos valores humanos, na visão crítica do mundo e do seu papel de cidadão.

Alguns empresários já perceberam que o baixo nível de escolaridade caracteriza um obstáculo para as empresas, pois influi no modo como o trabalhador se apropria das informações, constrói seus conhecimentos e os aplica em suas atividades.

Os cenários complexos que se nos apresentam às incertezas, imprevisibilidades e contradições da existência, exigem novas maneiras de reaprender. Muitas vezes precisamos desaprender conceitos fechados e obsoletos que, algum dia aprendemos e reservamos nas prateleiras da consciência, para aprendermos as novas possibilidades dos novos cenários que delineiam e redesenham o mundo moderno.

Compreender este contexto é o principal desafio da educação e primordial fator para alcançar o desenvolvimento e, ainda, capaz de despertar uma sociedade-mundo. Não é possível saber o futuro preciso, não está escrito em nenhum lugar, mas, com certeza, ele será o que se fizer dele, o que se conseguir construir.

3 Santa Cruz do Capibaribe

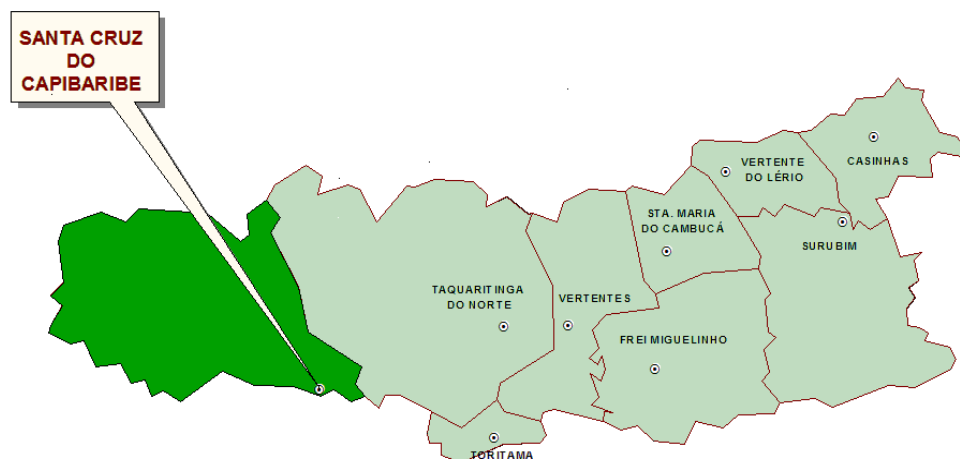
3.1 Retrospectiva Histórica e Conjuntural

O município de Santa Cruz do Capibaribe, localizado no Agreste Setentrional do Estado de Pernambuco, na microrregião do alto Capibaribe, ver mapa 1 adiante, distante da capital a 187,8 Km, em 1892 integrava o território do município de Taquaritinga do Norte, denominado nesta época apenas de Santa Cruz pequeno povoado, banhado na margem esquerda pelo Rio Capibaribe. Já contava nesta época com uma das maiores feiras de rua dentre lugares de tamanho similar.

Os primeiros sinais da organização do aglomerado de confecções em Santa Cruz, à época ainda distrito de Taquaritinga do Norte, apontam para o final da década de quarenta. As condições materiais do local não pareciam diferir das demais regiões do agreste pernambucano.

A área do semiárido tinha, de um lado, a seca, como fenômeno recorrente com um grande contingente de mão-de-obra excedente e carente de rendas; de outro, um aprendizado doméstico em confecções e a falta de investimentos.

Da história dos primórdios até o presente observa-se a existência de milhares de médios, micro e pequenos produtores, existindo em Santa Cruz do Capibaribe, aproximadamente 13.000 empresas segundo informação da Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP) – 2011.



Fonte: IBGE - Malha Municipal do Brasil-1997.

Mapa 1 - Microrregião do alto Capibaribe

Em 29 de dezembro de 1953, tornou-se autônomo pela Lei nº 1.818, assinada e sancionada, pelo então governador do Estado de Pernambuco, Etelvino Lins de Albuquerque, e incorporou o nome do rio, que o banhava, passando a denominar-se Santa Cruz do Capibaribe.

Santa Cruz do Capibaribe está situado nos 70% do território nordestino que abriga o semiárido, na mesorregião do agreste pernambucano e microrregião do Alto do Capibaribe, enfrentou sempre grandes problemas com a falta de água. Possui um relevo suavemente ondulado, solo argiloso, arenoso, pedregoso e rochoso, com uma vegetação de caatinga hipoxerófila. Apesar disso, a população encontrava na agricultura de subsistência e na criação de pequenos rebanhos, as principais fontes de ocupação e renda, mesmo numa região adversa a essas práticas².

Em alguns períodos de sua história explorou atividades como a produção de algodão, de calçados e carvão vegetal. No entanto, a população local teve sempre uma vocação para comercializar em feiras livres existentes no interior, onde era comum a troca de roupas por mercadorias, sem depender da interveniência da moeda. (BEZERRA, 2004).

Santa Cruz do Capibaribe deixou de priorizar a agropecuária de subsistência, numa região naturalmente adversa a essas práticas, e, passou a canalizar esforços no trabalho com retalhos, tecidos, e particularmente, confecção de roupas.

Na fase inicial do trabalho eram utilizados retalhos de tecidos. Na verdade aproveitavam-se as sobras e as pequenas tiras de tecidos - que a princípio não tinham utilidade nas fábricas - para emendar uma nas outras, fazendo assim, os primeiros, de muitos produtos de tecidos, fabricados no município.

3.2 Alicerces do desenvolvimento e mecanismos de superação

Nos últimos vinte anos, Santa Cruz do Capibaribe teve um crescimento relevante em vários aspectos políticos, sociais e econômicos. Sua população que era de 59.048 habitantes (Censo IBGE 2000), hoje apresenta uma população de 87.538 habitantes e seus indicadores sociais também tiveram avanços significativos. A tabela 1, mostra a significativa evolução da população em apenas dez (10) anos.

Tabela 1 - Evolução da população

ANO	1991	1996	2000	2007	2009	2010
POPULAÇÃO	38.332	46.969	59.048	77.680	80.330	87.538

Fonte: BDE/IBGE (acesso em fevereiro de 2011)

O dinamismo de sua economia gerou grande crescimento populacional, Santa Cruz do Capibaribe transformou-se no maior parque de venda de confecções da América Latina (www.senai.br, acesso em abril de 2011). Ainda, segundo o IBGE (2007), foi a cidade que mais cresceu no estado de Pernambuco nos últimos dez anos.

Pode-se destaca-se alguns eventos que, sem dúvida, alavancaram o processo de desenvolvimento local.

Entre outros, tem-se o fato de que Santa Cruz foi pioneira na exploração de um tipo de atividade produtiva no Nordeste, pois os santa-cruzenses foram os primeiros a trabalharem com sobras de tecidos e retalhos, para a fabricação artesanal de roupas. Um caso típico de empreendedorismo, um exemplo de sucesso desenvolvido por micro e pequenos produtores em plena região semiárida.

Outro aspecto é que, desde 1950, quando teve início o processo de criação e estruturação da atividade confeccionista do município, a base foi o conhecimento acumulado durante o curso da evolução dessa atividade, que se deu de forma puramente empírica, ou seja, foi dos conhecimentos acumulados e da experiência prática nas diversas tarefas, ocupações e situações, que surgiu a necessidade de tornar o processo produtivo, comercial e rentável financeiramente.

Percebe-se, ainda, que, a partir de 1990, um pequeno grupo, porém expressivo, de confeccionistas do município, resolveu buscar ações direcionadas à modernização do setor, visando a estruturação das organizações e a enfrentar e superar os momentos de crise e incertezas da economia brasileira da época, com planos econômicos confusos e sem um rumo definido (BEZERRA 2004).

Entre as principais ações dos confeccionistas santa-cruzenses, destacam-se: a participação em feiras de matéria prima e maquinário têxtil e do vestuário, para obter conhecimento técnico, de novos mercados e, principalmente, conhecer melhor a concorrência, além das novidades desses setores; as consultorias empresariais; a racionalização do processo produtivo e os cursos para implantação de programas de qualidade total. (BEZERRA 2004).

O resultado desse importante processo de evolução da atividade confeccionista com base no conhecimento, que teve início em 1990, ficou bastante evidente em 2000, quando empresas sediadas em Santa Cruz venceram, por quatro anos consecutivos, o prêmio Destaque Empresarial Estadual, oferecido pelo Sebrae e pelo grupo Gerdau. (BEZERRA 2004).

As empresas vencedoras foram Rota do Mar (2000 e 2001), Michelle Moda Intima (2002) e Confecções Yanomami (2003), (BEZERRA, 2004). Um fato importante é que essas três empresas têm sua origem alicerçada na microempresa familiar. Lamenta-se que apenas uma minoria procurou esse processo de evolução para o desenvolvimento de suas empresas.

No período entre 1992 e 1993, começaram também a participar instituições de classe, como a Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP) e o Clube de Diretores Lojistas (CDL), com atividades para melhoria do desempenho dos empresários locais.

3.3 Aspectos conjunturais de Santa Cruz no desenvolvimento local

Santa Cruz do Capibaribe, além de uma cidade pólo é a maior produtora de confecções de Pernambuco e, segundo informações do Senai, é a 2º maior produtora de confecções do Brasil, possui o maior parque de confecções da América Latina em sua categoria.

O município possui, além dos estabelecimentos de indústria e comércio, o Moda Center Santa Cruz, que agrega milhares de lojas e é um espaço de grande dimensão, dividido em ruas identificadas por letras e áreas de lojas por cores.

O Moda Center Santa Cruz, tem movimento diário intenso, atendendo a compradores vindos de todo Brasil. Em quase todos os boxes por onde se passa, é possível ver-se clientes realizando compras, fazendo a economia da Capital da Confecção, circular.

Enquanto o desemprego assola outras cidades brasileiras, Santa Cruz do Capibaribe tem taxa de desemprego quase zero, conforme dados obtidos por meio do site da CDL de Santa Cruz do Capibaribe, (<http://blogdacdlsc.blogspot.com/>, atualizado em fevereiro de 2011 e acessado pela Internet em 27 de junho de 2011).

Por outro lado, o número de empregados no setor formal é de 8.755 pessoas (IBGE/BDE, 2009). Analisando-se a quantidade de estabelecimentos (12 mil), percebe-se que o trabalho informal predomina, estima-se que 60% ou mais, dos empregados, estejam à margem do mercado formal.

Estes desafios são reais, imediatos e futuros, para a afirmação de Santa Cruz como cidade pólo dessa microrregião. O crescimento econômico produziu grande imigração de pessoas em busca de renda para sobrevivência, o que tem acarretado sérios problemas, principalmente de infraestrutura. Para solucioná-los é preciso utilizar mecanismos adequados e capazes de promover a superação dos mesmos.

Fala-se que a cidade cresceu, porém cresceram também os problemas de abastecimento de água, de iluminação pública, de urbanização, de pavimentação, (apenas 30% das ruas são calçadas), de áreas verdes, de lazer, de organização de trânsito, de um distrito industrial produtivo, de maior atenção à zona rural, e de rede de esgoto eficaz, entre outros. Maiores informações sobre os problemas enfrentados pelo município, encontram-se no próximo item, na análise dos estudos realizados em Santa Cruz do Capibaribe.

As dificuldades na área de saúde são sérias, pois não existe um Hospital Regional para atendimento à população local, aos distritos, aos municípios circunvizinhos e aos visitantes, que afluem à cidade especialmente nos dias das feiras, que praticamente dobram o número da população, e isto é uma constante, pois, durante três dias, semanalmente, acontecem as feiras.

Santa Cruz do Capibaribe tem desafios reais, imediatos e futuros que não estão simplesmente voltados para a subsistência humana, ou, em apresentar taxa zero de desemprego, mas, para uma estrutura organizacional e administrativa eficiente. Capaz de agregar valor aos produtos, aumentar o número de empresas formais, propiciar o engajamento das instituições, revitalizar os Conselhos Municipais, investir maciçamente na educação e principalmente na implantação e exequibilidade do planejamento estratégico para atender as demandas locais e promover efetivamente o desenvolvimento socioeconômico sustentável da localidade.

4 Análise dos Resultados

A educação é a área temática de maior importância para este trabalho, pois é a política pública social que perpassa e interfere em todas as demais políticas, sendo um instrumento

fundamental para todas as abordagens estratégicas, tácitas e operacionais que contribuem para a efetivação do processo educacional e pode dar sustentabilidade ao desenvolvimento social e econômico de uma localidade.

No caso em estudo, os dados apontam para situações bastante adversas no que diz respeito a educação. Como se pode ver na tabela 1 a seguir, a taxa de analfabetismo atinge percentual mais elevado do que a do Estado. O nível de escolaridade, também apresenta índices muito baixos.

Informações mais recentes (2011) sobre a matrícula inicial de jovens e adultos encontradas no portal da BDE;IBGE, divulgam que, em Santa Cruz do Capibaribe, apenas 144 jovens e adultos frequentam o EJA; 101 alunos fazem pré vestibular; 159 cursam o ensino superior e 11 pessoas possuem mestrado e doutorado. Mesmo tendo Escola Técnica e duas (02) Faculdades locais, o número de pessoas que estudam, está muito aquém do total da população que se encontra na faixa etária propícia ao estudo.

Outra informação divulgada pelo Banco de Dados do Estado de Pernambuco - BDE, fonte IBGE/censo demográfico 2000, é que o número de pessoas com 10 anos ou mais sem instrução ou menos de 1 ano, é de 7.343 pessoas em Santa Cruz do Capibaribe, que corresponde a 15,82% do total da população (46.403) em relação ao mesmo indicador, demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Nível de educação

Indicadores	Ano	Município	Estado
Taxa de Analfabetismo (Pop. De 15 anos ou mais) (% aa).	2000	25,55	24,50
Pessoas com 10 ou mais anos de idade com 1 a 3 anos de estudos (% aa).	2000	28,28	23,44
Matrícula inicial na educação profissional – nível técnico	2010	112	19.839
Nº de pessoas que concluíram a educação profissional	-	-	-

Fonte: Base de Dados do Estado – BDE (www.bde.pe.gov.br); IBGE; PNUD/Ipea/fjp; INEP, e agência Condepe/Fidem. (acesso maio 2011)

Outros aspectos foram também observados no levantamento das informações, quais sejam: **INFRAESTRUTURA FÍSICA** - Pode-se observar ao circular pela cidade, condições muito precárias de saneamento básico, com tubulações estouradas, ruas sem calçamento, alagações que dificultam o deslocamento de transeuntes e do trânsito em geral. Dentre os problemas existentes, a falta de água tem sido um agravante para o município, pois, o crescimento populacional ultrapassou todas as probabilidades de abastecimento da cidade; **ÁGUA** - O sistema de abastecimento de água não flui bem porque a cidade é plana e a tubulação não é adequada. A maioria dos canos são de 20 mm, quando deveriam ser de 40 mm. Com as chuvas mais fortes elas estouram o sistema de escoamento, que é muito antigo. Também nos loteamentos novos que estão surgindo, não tem um sistema de água encanada. pois esse procedimento é demorado; **SANEAMENTO BÁSICO** - O saneamento básico é deficiente, principalmente, nos loteamentos mais novos que têm sido construídos desordenadamente, dificultando a realização de obras nestes locais; **HABITAÇÃO** - Existem casas bastante luxuosas em alguns bairros e também casas na beira do rio, que são construções irregulares, dificultando a fiscalização da prefeitura; **PAVIMENTAÇÃO DE RUAS** - A pavimentação da cidade encontra-se bastante deficiente (apenas 30% das ruas são calçadas e ficam no centro da cidade), pois, o número de ruas que nascem na cidade por ano, é impressionante, os engarrafamentos em dias de feira são um sinal do péssimo trânsito da cidade, devido ao mal planejamento e as más condições do perímetro urbano; **COLETA E TRATAMENTO DO LIXO** - É feita através de uma empresa terceirizada, a Via Lim, que faz a limpeza e o recolhimento do lixo da cidade, em dias alternados. O lixo é levado para o aterro sanitário, que é tratado por uma equipe que faz a manutenção, o qual é localizado

depois do Moda Center, porém a manutenção deixa a desejar. Existe um pessoal que faz reciclagem e também um programa de orientação. São pessoas independentes que fazem a seleção, e são cadastradas na prefeitura. Formam uma cooperativa; **INSTITUIÇÕES LOCAIS** - As instituições locais contactadas, representam setores importantes para promoção do desenvolvimento local sustentável, pelas suas atribuições institucionais, como por exemplo: a ASCAP tem uma participação efetiva junto às empresas, dando suporte às demandas por elas levantadas, oferecendo cursos, promovendo eventos e contribuindo para o conhecimento e divulgação da produção do município; e a FADIRE contribui na formação de profissionais para áreas correlatas às potencialidades locais, atraindo pessoas para uma preparação mais especializada na modalidade de moda, que tem crescido no Brasil como um todo, e é a tendência principal de Santa Cruz do Capibaribe. Quanto às empresas, Santa Cruz do Capibaribe possui 12 mil empresas, a maioria de pequeno porte, algumas de médio e poucas de maior porte. A média do número de funcionários formais é em torno de 3.000 pessoas, nas empresas grandes e médias. O número de trabalhadores informais é, em média, 15.000 pessoas.

Esta foi uma visão abrangente da situação atual do município de Santa Cruz do Capibaribe, que apresenta situações adversas e conflituosas em relação ao desenvolvimento socioeconômico. Porém fica bastante evidente que os maiores problemas são gerados pela inexistência de gestão pública, seja nos órgãos públicos, nas instituições privadas, como nos setores de produção e comercialização.

Percebe-se, com clareza, que o fator principal é a deficiência no gerenciamento das políticas públicas sociais, que configura-se em um crescimento desordenado e desestruturado, para atender às demandas locais.

Precisa haver uma dinamização da política de educação para que atue de forma eficaz, eficiente e efetiva, na mudança conjuntural do município e, assim, desencadear um processo, propriamente dito, de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A educação profissional tem ajudado no desenvolvimento sustentável do APL de Confeções de Santa Cruz do Capibaribe, principalmente na disseminação de conhecimentos e na formação de profissionais, abrangendo diversas competências, entre elas: capacidade de liderança; de gestão de equipe; de gestão da qualidade; de gestão da produção; análise de custos; logística; regulamentação e normas; e ainda sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação.

O grande desafio que o meio educacional possui, é a formação de profissionais com visão sistêmica, abrangendo as várias atividades de confeções do vestuário, sem necessariamente se ater ao atendimento das demandas pontuais apresentadas pelas empresas ou pela população, mas indo um pouco mais além, atuando como indutor de mudanças na cultura local.

É perceptível que as empresas que contratam profissionais com qualificação melhoram a qualidade dos seus processos, e, por conseguinte, obtêm melhorias em seus produtos, nos resultados operacionais e, conseqüentemente, na ampliação de sua participação nos mercados.

Um outro fator importante é que alguns empresários também têm buscado a qualificação profissional para si, com a intenção de melhorar as suas práticas de gestão, e, assim, a sustentabilidade dos seus empreendimentos. Tal fator precisa ser reforçado no intuito de ampliar a visão empresarial, que, hoje, é “imediatista” ou com foco no curto prazo.

5 Considerações Finais

As indagações que direcionaram este estudo levaram a destacar alguns pontos para aprofundar o conhecimento, buscando embasamento nas conceituações teóricas de vários pesquisadores, filósofos e pensadores.

Em um primeiro momento, para organização do pensamento, destaca-se a importância da educação para o desenvolvimento, que exige participação, e para participar é necessário ter conhecimento, para o acesso pleno aos direitos universais e assegurar a condição de cidadãos críticos, autônomos e protagonistas do presente e do futuro, numa visão prospectiva de um mundo globalizado onde a cidadania não se limita a um espaço geográfico, mas ao planeta, pois somos cidadãos do mundo.

Observa-se nitidamente que, para a educação cumprir seu papel, é necessária uma mudança de mentalidade e de procedimentos, a partir da escola, e quando refere-se à escola, subentende-se o ensino em todos os níveis, a partir do básico até o ensino superior. Ensino este que não pode ser mais algo estático, que transmite apenas o conhecimento formalizado para cumprir uma carga horária e atender uma grade curricular, muitas vezes defasada, distante da realidade, incapaz de promover o crescimento do aluno como ser humano, inserido no contexto social, participante do processo de desenvolvimento nos seus vários aspectos, do qual ele é o agente transformador.

O papel da educação é de fundamental importância para a implantação de uma nova consciência mundial nas futuras gerações e para a análise e discussão das questões que constituem obstáculos à construção de uma sociedade mais justa, ética e próspera.

Continuando esta linha de organização do pensamento, no segundo momento se detive sobre a qualificação profissional e as competências, para se entender melhor como se processa a educação profissional e quais as reais possibilidades de progresso deste nível de ensino. De que forma pode atender às necessidades de mercado, quando grandes obras são implementadas e não existe mão de obra especializada para preencher as funções demandadas, fazendo-se necessário importar mão de obra de outras localidades.

No Brasil, a formação profissional enquadra-se dentro desta lógica da qualificação, entendida como preparação de mão de obra especializada, para fazer frente às demandas técnico-organizativas do mercado de trabalho formal. Assim o que importa do ponto de vista da formação para o trabalho, é garantir que os trabalhadores sejam preparados exclusivamente para desempenhar tarefas/funções específicas e operacionais.

No entanto, esta concepção reduz a noção de competência, que corresponde à capacidade de agir, intervir e decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis.

A qualificação de um indivíduo deve refletir no seu desempenho, no exercício e mobilização de competências adquiridas ou construídas mediante aprendizagem no decurso da vida ativa, que apresente atributos do saber fazer, ser, e agir. E, assim, estar apto para resolver, com propriedade, problemas concretos e muitas vezes complexos, que surgem no exercício da atividade profissional.

A educação não é utópica. Ela é, por essência, concreta. Embora possa parecer, às vezes, algo abstrato, se define por suas realizações objetivas. É um processo exponencial que se multiplica por si mesma, com sua própria realização. Por esta razão os desafios a serem enfrentados são grandes e contínuos, principalmente no que se refere à mudança de mentalidade para acompanhar o que a sociedade requer do processo educacional como elemento estruturador do desenvolvimento.

Na análise das entrevistas realizadas e pelo que pôde ser observado no município de Santa Cruz do Capibaribe, existe um grande problema que tem afetado a maioria dos municípios, não só do Estado de Pernambuco, mas de todo Nordeste, a questão da Gestão Pública, que implica a ausência de governança e governabilidade, para gerir as Administrações Locais.

O desequilíbrio ou ausência da governança, que se estabelece quando as práticas de instrumentalizar as estratégias não definem ou organizam a implementação das políticas públicas, afetam a governabilidade na identificação das necessidades e anseios sociais para

que essas políticas produzam resultados na sociedade, dando respostas efetivas aos problemas que pretende enfrentar.

A qualidade da gestão pública passa pela educação, na capacitação e preparação de gestores e líderes públicos, para um desempenho eficaz, eficiente e, acima de tudo, efetivo. Os princípios da qualidade da gestão pública, cujos fundamentos se baseiam na agilidade, inovação, valorização das pessoas, foco nos resultados, controle social, processos e informações, gestão participativa e visão do futuro, como elementos essenciais para o fortalecimento das administrações locais.

Estes princípios precisam ser trabalhados no município de Santa Cruz do Capibaribe e em muitos outros, para que se promova o desenvolvimento local sustentável, minimizando problemas estruturais, conjunturais e operacionais.

Desafios e considerações mais gerais:

- sensibilizar os envolvidos no processo educacional a se prepararem melhor para seu desempenho profissional, para renovação de conceitos e uma visão sistêmica de mundo e de um futuro próximo e evolutivo, onde é fundamental o posicionamento do ser, como cidadão participativo, capaz de promover mudanças no seu entorno;

- mudança revolucionária e transformadora da educação, no sentido de mudar métodos e técnicas educacionais, metodologia e grades curriculares, para um ensino contextualizado na realidade, de modo que os alunos não separem a escola da vida real, aprendam a dimensão de mundo, e atuem como integrantes deste mundo, sem limites espaciais;

- empenho das autoridades na valorização da educação e dos profissionais responsáveis na viabilização do processo educacional;

- investimento em tecnologia e informação para acompanhar as inovações que se propagam dinamicamente.

- expansão de universidades e escolas técnicas, que não representem um ganho quantitativo, mas, sobretudo, uma oportunidade de melhoria da qualidade e condições de vida da população, adquirindo conhecimentos e preparação para sua atuação como cidadão, voltado não somente para sua individualidade, mas para a coletividade, para construção e/ou reconstrução de uma sociedade mais igualitária e justa.

Desafios e considerações sobre o município de Santa Cruz do Capibaribe.

- Interação e integração das administrações e instituições acadêmicas e públicas inter municipais;

- capacitação dos gestores, líderes e empresários sobre Gestão Pública de Qualidade; bem como melhoria da qualidade da produção.

- elaboração e implantação de um Plano Diretor e de Planejamento Estratégico, para o ordenamento territorial e populacional.

- Intensificação da educação de jovens e adultos e melhoria na oferta de cursos profissionalizantes atendendo as diversas áreas deficitárias.

- educação voltada para o meio ambiente, evitando a degradação do rio Capibaribe, com dejetos e produtos químicos e de outras áreas poluídas. Revitalização do verde para que a cidade se torne agradável e convidativa.

O tema apresentado é instigante e este trabalho, assumidamente muito simples, pode ser completado com análises posteriores que visem o nexo de causalidade entre a educação e o desenvolvimento, numa interação positiva cujas dificuldades são grandes, porém maiores são os ganhos relativos do esforço colocado no investimento em capital humano, enquanto objetivo de uma política de educação.

É, importante, que não se considere os pragmatismos que tomavam a realidade como ponto de chegada, mas, que veja-se a realidade como ponto de partida para a compreensão dos processos de aquisição do conhecimento por parte do ser humano.

E finalmente, que não nos prendamos aos aspectos quantitativos da educação, e, desta forma, nos desviemos do carácter qualitativo, verdadeiro responsável por mudanças profundas, nas estruturas de desenvolvimento socioeconómico local e sustentável.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, E.A. de. **A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais** - ONGs brasileiras. Brasília: UnB, 1998. 221 f. (Tese. Doutorado . Ciência da Informação . UnB/CID).

CARRILLO, Jorge. "**Flexibilidad y calificación en la encrucijada industrial**". In: *Lecturas de Educación y Trabajo*, nº 3, Red Latino - Americana de Educación y Trabajo, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

BARROS, Ricardo Paes de HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo Fim das décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro – IPEA, 2002.

BDE – **Base de Dados do Estado** – www.bde.pe.gov.br

BETIOLI, A. B. (1995). **Introdução ao direito : lições de propedêutica jurídica**. 3.ed. São Paulo : Letras & Letras, 1995. 439 p. 439 p.

BEZERRA, Bruno. **Caminhos do Desenvolvimento: Uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe**. 1 ed. São Paulo: EI-Edições Inteligentes, 2004. 154 p. ISBN: 85-7615-059-X.

BLOG GIRO ACADÊMICO - Fonte em **Dados de Pesquisa Realizada entre os dias 12 e 16 de Fevereiro de 2011**. Acesso a Internet em 09/06/11

CARRILLO, Jorge. "**Flexibilidad y calificación en la encrucijada industrial**". In: *Lecturas de Educación y Trabajo*, nº 3, Red Latino - Americana de Educación y Trabajo, 1994.

DOWBOR, Ladislau - **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**- 03 de abril de 2006 – (acesso em 10 de novembro de 2010) <http://dowbor.org>.

FONSECA, Carmen Lúcia Couto. Dissertação de Mestrado. **Gestão do Conhecimento e Gestão da Qualidade: um estudo na CHESF, UFPE, 2004.**

FRANCO, Augusto de (org.). **Desenvolvimento local integrado e sustentável**. Leituras Seleccionadas. Volume1, 1999.

FREIRE, PAULO REGLUS NEVES – **Livro Pedagogia do Oprimido -1987 – Editora Paz e Terra – Rio de Janeiro.**

GTDN – **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – Diagnóstico Regional**- Subsidiou o primeiro Plano Diretor da SUDENE.

LOMBARDI, JOSÉ CLAUDINEI. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels** , Tese–Faculdade de Educação.– UNICAMP -Campinas, SP. Março 2010.

MACROPLAN – **Prospectivas, estratégias e gestão** - 16ª Edição | Abril de 2011

MANACORDA, Mário Alighieri. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria- **Trabalho, Qualificação e competência Profissional: das Dimensões Conceituais e Políticas** – Educação e Sociedade –Vol. 19, nº 64 – Campinas – Set. 1998.

MORIN, Edgar- **Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**- UNESCO/Cortez Editora 2000, edição brasileira .**Diálogo sobre o conhecimento**- São Paulo: Cortez, 2004.

PERES, Fernando Curi. **Capital social: a nova estrela do crescimento econômico**. In: **Revista Preços Agrícolas**. Maio, 2000. Disponível em: <<http://pa.esalq.usp.br>>

PUTMAN, Robert. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996. p.260.